

Com incentivos, União perde CZ\$ 1,2 trilhão

por Jurema Boesse
de Brasília

Ainda não está concluída a remontagem de uma peça delicada que compõe indiretamente o Orçamento Geral da União. Os incentivos fiscais, que representam hoje cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) o que equivale a cerca de CZ\$ 1,2 trilhão, ainda não sentiram o peso definido dos cortes do Ministério do Planejamento. A União oferece hoje nada menos do que 126 tipos variados de incentivos fiscais, sendo 71 somente com o Imposto de Renda da pessoa jurídica, 22 na área do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 20 na área do Imposto de Importação e mais 13 incentivos via Imposto de Renda na Fonte.

Atualmente, de cada CZ\$ 100,00 que a União tem a receber em impostos da pessoa jurídica, apenas 71% vai diretamente para o caixa do Tesouro. Os 29% restantes são desviados para incentivos fiscais, sendo que os mais expressivos são os regionais: Finam (Amazônia) e Finor (Nordeste), que deverão ficar, praticamente, intocados. O Finam, o Finor e o Fiset/Reflorestamento representam 40% do Imposto de Renda devido pelas empresas.

Isto é, cada empresa pode destinar até 40% do que deve ao fisco para empreendimentos nestas três áreas, sendo que o reflorestamento caiu de 35 para 10%.

Desses 40%, porém, 16% têm de ser destinados aos programas do Pin/Proterra, que financiam planejamento de obras de infraestrutura nas áreas de

atuação da Sudam e da Sudene.

Segundo um dos técnicos que está trabalhando no levantamento dos incentivos, só em meados desta semana é que será definido qual o nível da renúncia fiscal que o governo federal terá de aceitar para 1989. Nessa definição também é evidenciada uma forte pressão política, especialmente do Congresso Nacional, que dará a última palavra sobre o volume de incentivos que será destinado às regiões mais carentes.

Os principais incentivos fiscais decorrentes do Imposto de Renda de pessoa jurídica representam cerca de CZ\$ 600 bilhões, com destaque para os regionais e para as empresas exportadoras, que só pagam um imposto de 3% sobre o lucro apurado na venda de manufaturados. Alguns incentivos acabam, por força de lei, no final deste ano, como o da Embraer, o da atividade pesquisa, o da Fundação Educar (CZ\$ 2,2 bilhões) e o da exaustão mineral incentivada. Também tem fim neste ano a redução de 50% do IR para os empreendimentos que se instalarem até dezembro nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.

O princípio é manter os incentivos regionais, os incentivos à exportação, seja através da Befiex (cuja renúncia fiscal foi de CZ\$ 7,5 bilhões neste ano) ou sobre o lucro na exportação (perda de CZ\$ 227 bilhões), e também o incentivo à cultura, através da Lei Sarney. Os demais, que individualmente representam pouco mas no conjunto podem chegar a 0,5% do PIB, tenderiam a ser eliminados.